

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**Larissa Gontijo Simas**

**A Inclusão escolar de famílias adotivas**

Juiz de Fora

2022

**Larissa Gontijo Simas**

**A Inclusão escolar de famílias adotivas**

Trabalho de conclusão de curso apresentado a Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial a obtenção da licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Mylene Cristina Santiago

Juiz de Fora

2022

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Gontijio Simas , Larissa.  
A Inclusão escolar de famílias adotivas / Larissa Gontijio Simas .  
-- 2022.  
22 f.

Orientadora: Mylene Cristina Santiago  
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Educação, 2022.

1. Famílias adotivas. 2. Inclusão escolar. 3. Estigmatização. 4. Resiliência. I. Cristina Santiago, Mylene , orient. II. Título.

Dedico este trabalho aos meus pais, que  
diante de um profundo compromisso com a  
vida, tornaram-me sua filha por adoção.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu amado e querido Jesus, pela vida, pela criatividade, pela inspiração e pela sensibilidade, que se fazem sempre presente em minha jornada.

Agradeço também ao meu excelentíssimo noivo, meu amigo e meu eterno amor.

Às minhas amigas e amigos, que me adotaram em seus corações.

À minha orientadora, que pacientemente tem me permitido aprender de tão perto e de uma maneira tão preciosa.

## RESUMO

Trata-se de um estudo de caráter bibliográfico onde discorro sobre a postura da escola diante da chegada de famílias adotivas em seu meio. Descrevo possibilidades e riscos neste cenário. Utilizo do conceito de resiliência enquanto fator potente no contexto da adoção infanto-juvenil, destacando o papel favorável da escola neste contexto. Concluo que a presença da escola na rede de apoio a essas famílias contribui para diminuição de fatores de risco, distúrbios na aprendizagem e favorece fatores protetores.

**Palavras chaves:** Famílias adotivas. Inclusão escolar. Estigmatização. Resiliência.

## SÚMARIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>2</b>	<b>A ESCOLA INCLUSIVA NO CONTEXTO DA MULTIPLICIDADE FAMILIAR ...</b>	<b>7</b>
<b>3</b>	<b>DESCONSTRUINDO ESTIGMAS FAMILIARES.....</b>	<b>10</b>
<b>4</b>	<b>A ESCOLA COMO FATOR PROMOTOR DE RESILIÊNCIA .....</b>	<b>14</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>19</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O princípio valorativo da adoção é algo ativo dentro das relações interpessoais. A adoção é condição necessária aos laços humanos. Para ser professora é preciso adotar uma condição de responsabilidade frente a algo ou alguém, um compromisso firmado diante de outro, este mesmo movimento é necessário dentro das famílias, mesmo filhos biológicos precisam ser adotados, amigos precisam adotar amigos e a escola, precisa adotar seus membros. Creio que a responsabilidade é análoga ao compromisso, sendo assim, não posso firmar compromissos sem um inteiro sentimento de adoção rumo ao outro. Dentro dessa premissa é que se inscreve esse artigo, o princípio da adoção sempre esteve presente em minha vida, o próprio fato de ser adotada aos dois anos e meio me trouxe esse ato enquanto princípio de vida.

A adoção, é provida e movida por um ato cuidadoso e amoroso em frente a vida, o compromisso de adotar é capaz de mudar realidades, futuros e destinos, não é empatia, é compromisso humano. É compromisso pela vida e também com a vida. Diante disso, a atitude adotiva é dever intrínseco do relacionar humano e das instituições sociais, como a escola descrita ao longo destas páginas.

A escola, muitas vezes tem sido apontada como potente em seu caráter transformador, acolhedor e social, entretanto, ao falamos da multiplicidade de modelos de família, as demandas que urgem neste cenário podem se apresentar como difíceis e acabarem sendo negligenciadas nesse contexto. É por isso que essa pesquisa de caráter metodológico bibliográfico se pretende investigar e evidenciar alguns fatores que permeiam a percepção da escola no âmbito do acolhimento e inclusão de famílias adotivas, apontando incoerências e possibilidades, pois se acredita nessa pesquisa, que um contexto familiar dotado de suporte social tende-se a alcançar melhores resultados em frente aos desafios da vida. Utilizo neste trabalho o conceito de resiliência como construção conjunta que auxilia no fortalecimento dessas famílias, contribuindo para a qualidade de seus laços junto aos infantes. Traço tudo isso, pois acredito que

Nestes tempos da globalização, é necessário que a escola compreenda as variáveis que compõem as famílias na contemporaneidade e que possibilitaria a efetivação de estratégias apropriadas de participação conjunta, bem como poderia nos fornecer orientações específicas, respeitando as particularidades dessa instituição, observando suas características culturais, os papéis e sua disponibilidade efetiva para concretizar atividades escolares que visem promover a resiliência de famílias

organizadas em modelos não convencionais (...) (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 83-84)

Visto isso, uma vez que a Cultura de Adoção penetra a realidade da escola, as práticas se tornam mais coerentes e habilitadas à participação das diferentes famílias, evitando situações de risco ou perpetuação de riscos que podem levar à desorganizações no aprendizado, nas emoções e também nas relações.

## **2 A ESCOLA INCLUSIVA NO CONTEXTO DA MULTIPLICIDADE FAMILIAR**

A sociedade contemporânea passa a cada momento por novas e constantes transformações sociais, trazendo atualizações necessárias no modo de ser, estar, conviver e se relacionar em comunidade. Essas constantes atualizações se apresentam em todos os âmbitos da vida humana, e logo adentram a dinâmica da escola, que a todo momento é apresentada a novas realidades. É nesse âmbito, que chegam às escolas as famílias frutos das mudanças sociais, e diante deste contexto que nos importa salientar aqui a importância da integração entre a família e a escola.

Pode-se perceber que a relação entre a família e a escola é marcada na história por complexos descompassos, seja por falta de comunicação, interesse ou investimento, acontece, que essa relação desarmoniosa enfrenta resultados negativos em todas as ordens da educação, não só o aluno é prejudicado, mas o ensino, a aprendizagem e os valores humanos de diálogo e participação, tão necessários ao fazer educativo. Dessa maneira, precisamos “(...) considerar escola e família instituições de aprendizado, torna-se assim relevante a interação entre ambas.” (SANTOS; ALMAEIDA, 2017, p. 3)

Todas as famílias trazem consigo uma bagagem de ricas experiências, informações e apoios para que o aprendizado do aluno ocorra. É essa instituição a primeira presente na construção dos aparatos bio-psico-sociais que constituem o infante, dessa maneira, sem a devida participação e inclusão desta mesma no ensino, julgo eu, impossível construir práticas pedagógicas exitosas. Segundo Carmo et al (2016):

(...) é possível perceber, no enunciado da escola, legítima necessidade de observar a família não apenas como forma de conhecer o aluno, como também de propor coerência entre as atividades educativas da escola e da família. Desse modo, a interação com os pais é vista como meio privilegiado de alcançar os ideais pedagógicos. (CARMO et al, 2016, p.28)

Visto isso, antes de adentrarmos nas possibilidades de reintegração entre essas duas instituições, é importante salientarmos os descompassos que se apresentam, principalmente dentro da realidade de famílias ditas como “não convencionais”, como o caso das famílias adotivas, que nesse trabalho nos interessa investigar.

O primeiro descompasso, é no âmbito do currículo, não raramente se apresentam nos materiais didáticos e orientadores de ensino concepções biológicas de família e de filiação, o que não representa alguns alunos em suas bagagens históricas de vida, com a qual chegam a escola. Sendo assim, a escola precisa trabalhar coerentemente com materiais, considerando a heterogeneidade de suas turmas, em seus aspectos, socioculturais e de crenças, construindo no ensino valores comuns de comunidade e respeito às diferenças. Oliveira Júnior (2019) aponta que

Nesse sentido, a comunidade escolar pode proporcionar aos seus membros um ambiente caloroso, estruturado e previsível, com a sensação de segurança e estabilidade, estabelecendo vínculos de sociabilidade, atitudes e comportamentos positivos, reafirmando valores e evitando outros problemas graves, como violência e a discriminação, especialmente em circunstâncias em que o ambiente familiar de seu alunado não se organize em modelos convencionais. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p.89)

Adentramos agora em outra barreira, que se coloca à inclusão e a participação plena das famílias adotivas na construção do ensino, que é a falta de formação e o despreparo da equipe escolar para lidar com as multiplicidades familiares que se apresentam nesse ambiente. Essa falta de formação pode ocorrer por vários fatores, como o preconceito e ou a discriminação - comumente encontrada nas relações com famílias homoafetivas, e ou ainda, fatores como falta de informação, aprendizado, e conhecimento.

Quando falamos de formação qualificada e preparo não nos referimos apenas aos docentes, equipe diretiva e coordenação, mas ao falarmos de inclusão em educação muitos são os sujeitos envolvidos nessa trama, pois para que a inclusão e o acolhimento do aluno ocorra a escola precisa unir forças e trabalhar em conjunto para que todas as barreiras sejam eliminadas com êxito. Freire (2021) faz uma perfeita amarração entre os descompassos até aqui apresentados:

O problema fundamental, de natureza política e tocado por tintas ideológicas, é saber quem escolhe os conteúdos, a favor de quem e de que estará o seu ensino, contra quem, a favor de que, contra quê. Qual o papel que cabe aos educandos na organização programática dos conteúdos; qual o papel, em níveis diferentes, daqueles e daquelas que, nas bases, cozinheiras, zeladores, vigias, se acham envolvidos na prática educativa da escola; qual o papel das famílias, das organizações sociais, da comunidade local? (FREIRE, 2021, p.152)

Ainda, apontando algumas barreiras na participação dessas famílias nas construções pedagógicas, entram fatores como a idealização familiar, por parte dos docentes, que acabam por inibir e ofuscar realidades distintas e tão importantes na construção do currículo, das práticas e das ações em detrimento de seus sonhos e anseios limitados. Diante dos apontamentos até aqui feitos, nos cabe agora salientar algumas práxis possíveis no ato educativo da escola, pautado em uma cultura de acolhimento e inclusão aos que lhe entram.

Famílias adotivas, como veremos adiante nesse artigo tem em seu histórico eventos estressores ou não, que lhe passam a necessidade de uma rede de apoio capacitada ampla, e nesse sentido, cabe a escola resgatar seu papel social, formador e humano para lidar com as especificidades das mesmas, pois a escola e a família em conjunto, tem um papel central no sucesso escolar se seus sujeitos de escolarização. Oliveira Júnior (2019) afirma que:

Pessoas com redes sociais ampliadas e com qualidade de interações têm maior suporte em tempos de sofrimentos, perdas e mudanças. As famílias com esse tipo de suporte social tendem a enfrentar melhor as crises, o estresse e os demais fatores desagradáveis que se levantam em seu cotidiano. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 89)

Sendo assim, chamo a atenção para a importância das relações interpessoais nesses espaços, através de tempo-espacos de diálogo, acolhimento e formação, entre famílias, equipes e comunidades, pois afirmo que “(...) não é possível fazer nada sem a adesão dos educandos, de suas famílias, das comunidades.” (FREIRE, 2021, p. 233)

Outro ponto que destaco, é que com a atualização das demandas sociais contemporâneas, muitos são os benefícios para educação, como a presença de psicólogos e assistentes sociais já presentes em algumas instituições escolares, esse avanço, que espero alcançar todos os espaços educativos é uma vitória para inclusão dos educandos e de suas famílias, pois esses profissionais especializados em demandas sociais e psicossociais podem

traçar estratégias mais efetivas em conjunto com a equipe escolar, bem como perceber e formular intervenções mais precisas de combate ao preconceito, a discriminação, a violência, a exclusão e o bullying, colaborando com fatores promotores de bem estar nesse ambiente. Vê-se:

A escola, em conjunto com a educação realizada pela família, sociedade e Estado são fundamentais para a mudança de rumos da sociedade, afinal somente com cidadãos educados são construídos novos valores sociais e pluralidade de pensamentos para o debate e crescimento intelectual de todos. Não obstante, a escola acompanha as crianças e adolescentes durante horas diárias e anos da sua vida, o que precisa de um ambiente acolhedor, sem qualquer preconceito, para todos debaterem e famílias, educadores e alunos conviverem em harmonia. (STRUCKER et al, 2015, p.3)

Diante dos apontamentos até aqui feitos, nos cabe refletir sobre como as famílias ao serem percebidas pela escola como diferentes dos padrões idealizados pela hegemonia patriarcal histórica, que ainda hoje urge em diretrizes e padrões educacionais são recebidas nesse ambiente, sejam essas em quais estruturas se apresentem, pois sem a análise não nos é possível traçar soluções para que a reintegração dessas instituições aconteça.

### **3 DESCONSTRUINDO ESTIGMAS FAMILIARES**

A escola enquanto instituição primordial na criação e no desenvolvimento de indivíduos pautados em valores e habilidades necessárias à socialização, tem passado por uma espécie de falta de coerência (FREIRE, 2021). A coerência no falar e no fazer. Burocraticamente, a escola cumpre o papel fundamental de formar aprendizes pautados em uma cultura de respeito, diversidade e autonomia, todavia pesquisas tem evidenciado que a escola por vezes perpetua um papel de discriminação, preconceitos e estigmatização dos que nela entram, fazendo isso através de suas culturas, políticas e práticas (BOOTH; AINSCOW, 2011).

Essa falta de coerência entre o falar e o fazer, tem se apresentado como uma espécie de currículo oculto que se adere como uma cultura socialmente aceita dentro desse espaço, não só pelos professores, mas por toda a equipe que a compõe. Sendo assim, buscar entender a ideologia predominante na escolarização e sua influência na manutenção de olhares e ações discriminatórias é de suma importância para romper com atitudes de exclusão dentro da

escola, e diante deste cenário, é que aparentemente tem se colocado as famílias adotivas, culpadas pelo insucesso escolar de seus filhos. Segundo Oliveira Júnior (2019):

(...) é comum observarmos que educadores alegam que a organização familiar está por detrás do sucesso ou do fracasso escolar, acusando as famílias organizadas em modelos não convencionais pelas dificuldades de seus alunos (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 77)

À luz Do autor podemos afirmar que as famílias adotivas se enquadram no grupo de famílias ditas como “não tradicionais”, isso pode de fato se configurar como positivo ao passo que a escola encare isso como pressuposto para o acolhimento e a inclusão, o que tem se apresentado, no entanto, é que isso tem sido utilizado para tatuar nessas famílias e nessas crianças a responsabilidade por desordens no aprendizado. Assim, a família adotiva “(...) é responsabilizada pelas dificuldades escolares da criança uma vez que a organização familiar destoa do modelo legitimado como padrão.” (ROSSI; ROSSI, 2017, p.6). Oliveira Júnior (2019) pontua que

(...) frequentemente o conceito de família desestruturada é mobilizado no discurso docente para responsabilizar as dificuldades de aprendizagem e baixo desempenho escolar dos alunos (...) (...) famílias passam a ser avaliadas, atribuindo o sucesso ou o fracasso escolar a partir da organização familiar: a criança que não tem pai ou mãe, cuja mãe nem sabe quem é o pai, que é criada pela avó, que mora com a tia, cuja mãe é lésbica, cuja mãe abandonou, cujos pais são catadores de lixo ou são analfabetos, dentre outras. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 81-82)

Atualmente, há um movimento nessas culturas escolares, que canaliza as dificuldades de aprendizagem, secundarizando-as a todas outras instituições que regem a vivência do educando, e tirando a responsabilidade fundamental da escola nesse cenário. Cabe-nos aqui, resgatar o papel da escola nesses insucessos escolares, começando por analisar a avaliação, o que leva a instituição à conclusão do insucesso escolar ? Defende-se aqui, que ainda que o déficits na aprendizagem seja uma realidade, não é o papel da escola apontar o aluno como detentor de seu fracasso, fazer isso é excluí-lo aos poucos. Alloero (2001) aponta que

A escola não pode limitar-se a registrar a insuficiência de rendimento, sem procurar as causas; não pode delegar a outros as responsabilidades de formação que lhe são próprias. A escola não pode viver separada do seu

meio, mas deve integrar-se com os outros serviços, para ajudar a criança e a família a superar suas dificuldades. (ALLOERO et al, 2001, p.11)

A escola inclusiva e acolhedora, em vez de apontar defeitos ou dificuldades procura primeiramente apontar as barreiras que se apresentam na escola. Essas barreiras muito possivelmente não são causadas ou advém do aprendiz e sim do sistema educacional hegemônico, do currículo, das expectativas docentes que não condizem com a realidade do educando, e não raras vezes, do modo de ensinar e avaliar. Freire (2021) perfeitamente nos mostra que

É imperioso irmos além de sociedades cujas estruturas geram ideologia de acordo com a qual a responsabilidade pelos fracassos e insucessos que elas mesmas criam pertence aos fracassados enquanto indivíduos, e não às estruturas ou à maneira como funcionam essas sociedades. (FREIRE, 2021. p.216)

Diante disso, é necessária a compreensão da realidade histórica e social em que seu aluno se insere, pois há especificidades e demandas familiares que podem ser superadas na escola. No caso das crianças adotivas podem haver condições que regem seu grau de desempenho – veremos isso adiante. Nesse sentido, cabe a escola valorizar os potenciais das famílias adotivas e evidenciar o papel do professor nesse cenário, que é o de “(...) jamais subestimar ou negar os saberes de experiências feitas, com que os educandos chegam à escola (...)” (FREIRE, 2021, p.117) pois “(...) subestimar a sabedoria que resulta necessariamente da experiência sociocultural é, ao mesmo tempo, um erro científico e a expressão inequívoca da presença de uma ideologia elitista.” (FREIRE, 2021, p. 117). Visto isso, um dos papéis da escola é o de valorizar os potenciais e as contribuições familiares no sucesso do ensino, e não o de apontar as tramas familiares nas dificuldades de aprendizado. Cury (2019) muito bem evidencia que

As escolas cartesianas consideram os alunos como um número na classe, enquanto as escolas gestoras da emoção os consideram joias únicas no teatro da existência. As escolas cartesianas são especialistas em exaltar falhas, enquanto as escolas gestoras da emoção são mestres em aplaudir os acertos. (CURY, 2019, p. 14)

É talvez seja nesse sonho possível que se inscreve esse artigo, apontar o potencial da contribuição da família adotiva na construção de políticas, culturas e práticas de inclusão

familiar na escola, sejam em quais arranjos se apresentem essas. A escola precisa resgatar a coerência e se apresentar a comunidade como um lugar de valorização de histórias, vivências e experiências, e não de julgamento. Freire (2021) observa que as

(...) crianças chegando à escola (...) trazem consigo de compreensão do mundo, nas mais variadas dimensões de sua prática na prática social de que fazem parte. Sua fala, sua forma de contar, de calcular, seus saberes em torno do chamado outro mundo, sua religiosidade, seus saberes em torno da saúde, do corpo, da sexualidade, da vida, da morte, da força dos santos, dos conjuros. (FREIRE, 2021. p.118)

Dessa forma, a percepção desses fatores que norteiam as famílias precisam ser levadas em conta pela escola ao delimitar o fracasso escolar, o tido como fracasso pode ser visto e considerado como trajetória sociocultural, como conhecimento de mundo importante e necessário a socialização do aprendiz. No que tange a criança adotiva podem ser “(...) feitas exigências de hábitos de higiene, linguagem, postura e obediência à autoridade que são discrepantes em relação às condições estruturais e culturais vividas por essas crianças em outros contextos (...)” (POLETTI; KOLLER, 2008, p.412).

Tendo isso em vista, percebe-se que as dinâmicas escolares revelam muito de suas culturas, de como vivem e de como se organizam. Nesse sentido, há duas tendências que abarcam a forma como as escolas apontam as famílias no sucesso ou não, de suas crianças. A primeira, demonstra a escola como um cenário claro de relações de poder, onde a hegemonia educacional não confere as famílias e a comunidade seu importante papel na proposição do ensino, evidenciando muitas vezes o cenário elitizado que se encontram essas instituições. Vê-se:

(...) pesquisas revelaram a presença de uma relação de poder entre escola e família. A escola detém o poder e a família se mostra dependente dela. As comunicações entre as duas instâncias evidenciaram-se precárias, centradas em reuniões bimestrais entre pais e mestres, nas quais prevalece uma postura hierárquica na regência dos encontros (...) (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 83)

A outra tendência, todavia, demonstra uma cultura que considera a potência da família na resolução das disparidades educacionais, valorizando seu papel reparador de insucessos, mas não o da culpa, esse segundo, jamais. Segundo Oliveira Júnior (2019):

No âmbito das políticas educacionais, a família tem sido constantemente apontada como fonte e solução de problemas educacionais e partindo dessa premissa, frequentemente observamos em documentos legais e projetos pedagógicos a inclusão da gestão democrática nas decisões escolares, incluindo a família como agentes importantes do processo, cuja participação é fundamental para o enfrentamento de problemas, como, por exemplo, o fracasso escolar. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p. 81)

É diante disto, que se destaca o papel da instituição familiar no ambiente escolar, visto que, essa por sua vez pode contribuir com conhecimentos que vislumbrem ações interpessoais mais humanas e acolhedoras, contribuindo assim para a construção de um espaço escolar mais significativo, assertivo, sensível e humanizado. Dessa forma, se o ambiente escolar for propício para o recebimento e a vivência saudável de crianças advindas de famílias não convencionais, pesquisas mostram que “(...) sequelas podem ser “praticamente” superadas se o novo ambiente for de qualidade” (PAULI; ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p.889).

No que tange a potencialidade da escola, essa por sua vez, de fato, cumpre um importante papel para superação de adversidades advindas de históricos de vida e familiares de suas crianças - logo veremos isso mais detalhadamente. O que, entretanto se apresenta agora, é que diante deste cenário de estigmatização apresentado nas vivências escolares das famílias não tradicionais, se reafirma que é de suma importância que as escolas revejam suas culturas, políticas e práticas, que ao se apresentarem, acabam prejudicando os processos psicossociais de seus alunos. De fato, “o foco é evitar que qualquer problema apresentado pela criança tenha sua causalidade na adoção, gerando sentimentos de exclusão e marginalização da criança e da família.” (ROSSI; ROSSI, 2017, p.6) e ainda, propiciar às famílias - todas elas - um espaço possível para construção de processos de resiliência, ao passo que vai desconstruindo culturas de estigmatização.

#### **4 A ESCOLA COMO FATOR PROMOTOR DE RESILIÊNCIA**

A resiliência enquanto aparato humano permeado por percepções, análises e descompassos, passa pelo senso comum e adentra os discursos de superação de adversidades. Entretanto, a resiliência se mostra como possibilidade de tomada de consciência diante de uma realidade complexa, que demanda do indivíduo um conjunto de atividades meio para que fatores estressores sejam entendidos de forma intrínseca do viver e do fazer humano. Dessa forma, aspectos devem ser levados em conta neste processo, visto que essa capacidade deve

ser entendida de forma crítica e política na sociedade, onde o conceito não seja usado em discursos hegemônicos de dominação, em que sujeitos são sempre colocados a aceitar e superar situações de desumanização. Nessa perspectiva, os indivíduos citados neste trabalho, sejam eles os infantes ou o todo familiar precisam interagir-se de seu meio, fazendo-se seres que constroem resiliência.

As famílias adotivas, em comparação com os pares da comunidade podem enfrentar e experimentar em sua história, narrativas de adversidades advindas de processos de frustrações e perdas. Diante disso, como vimos, é necessário que as mesmas tenham, em seu meio social, redes de apoio habilitadas em lhe atenderem em suas especificidades. Visto isso, além desse aparato e suporte tão indispensável, outra questão que se apresenta é que famílias nessas condições necessitam como todas, mas especialmente, de resiliência, habilidade essa humana, entendida aqui como um atributo que não nasce com o sujeito

“(…) nem que ele adquira durante seu desenvolvimento. É um processo interativo entre a pessoa e seu meio, considerado como uma variação individual em resposta ao risco, sendo que os mesmos fatores causadores de estresse podem ser experienciados de formas diferentes por pessoas diferentes, não sendo a resiliência um atributo fixo do indivíduo (Rutter, 1987). (PESCE, et al, 2004, p.135)

Entendendo a resiliência então, como uma construção que passa por um processo, trago Infante (2005) para compor esse entendimento:

“A noção de processo permite entender a adaptação resiliente em função da interação dinâmica entre múltiplos fatores de risco e de resiliência, os quais podem ser familiares, bioquímicos, fisiológicos, cognitivos, afetivos, biográficos, socioeconômicos, sociais e/ou culturais. A noção de processo descarta definitivamente a concepção de resiliência como um atributo pessoal e incorpora a ideia de que a adaptação positiva não é uma tarefa apenas da criança, mas que família, escola, comunidade e sociedade devem prover recursos para que a criança possa se desenvolver mais plenamente. (INFANTE, 2005, p.30)

Quando falamos de resiliência, alguns fatores permeiam esse campo de conhecimento e estudos, entre eles são descritos os polos de “promoção” e “risco”, sendo esses pressupostos reguladores para a qualidade ou não dessa construção humana. O que queremos apontar é que a qualidade das relações sociais dessas famílias interfere fortemente em como as mesmas tem

lidado com suas histórias, visto que crianças e famílias resilientes tendem a lidarem melhor com a vida, e conseqüentemente com a escola. Diante disso, é que se evidencia o papel social da escola no apoio à construção dessa habilidade nas famílias, já que o “contexto escolar é essencial na constituição de aspectos promotores da resiliência em famílias organizadas em modelos não convencionais.” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p.86). Segundo o autor:

Podemos inferir que, independentemente da organização familiar, a qualidade da relação escola-família é um fator determinante no bem-estar dos filhos e que a promoção da resiliência no âmbito escolar pode contribuir para o desenvolvimento dos membros de famílias organizadas em modelos não convencionais, por meio da redução dos fatores de risco e da promoção dos fatores de proteção. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p.90)

Tendo isso tudo em vista, fica evidente a importância da escola nesse suporte social, auxiliando as famílias e ainda, os educandos advindos das mesmas, e dentro desse entendimento “cabe à escola um papel fundamental na educação para a resiliência, pois é uma instituição social que possui funções que ultrapassam a mera produção e reprodução do conhecimento.” (FAJARDO et al, 2013, p.219). Dentro deste cenário, é importante destacar também, que a escola como instituição potente no apoio a essa construção, deve evitar qualquer situação que se torne fator de risco ao desenvolvimento desse processo, pois “seja qual for o contexto (família, instituição ou escola), este pode se configurar como risco ou proteção. No entanto, isto dependerá da qualidade das relações e da presença de afetividade e reciprocidade que tais ambientes propiciarem.” (POLETTI, KOLLER, 2019, s/p). Fatores que se configuram riscos neste processo

“(…) fazem referência a: enriquecer os vínculos – a falta de dedicação do pessoal à formação dos alunos, as estratégias de ensino limitadas e a escassa oferta de atividades são obstáculos para a construção da resiliência. Fixar limites claros e firmes – as políticas escolares inexistentes ou confusas e a escassa intervenção dos alunos nessas políticas são fatores impeditivos para a promoção da resiliência e; estimular as habilidades para viver em sociedade – a resolução de conflitos, a cooperação e as habilidades comunicativas são impedidas pela ausência de ensino regular de habilidades para a vida e pela falta de planejamento dessas habilidades envolvendo os alunos e seus familiares (...)” (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019. p. 89-90)

Minha proposta não é apontar a escola como indispensável nessa construção, mas uma instituição que colabore e favoreça, agenciando suas culturas políticas e práticas com vista à qualificá-la nas famílias e nos infantes. Vê-se:

(...) as escolas devem estar cientes que não podem esperar resolver os problemas sociais e culturais que acompanham as situações de risco de muitas crianças e suas famílias. Contudo, existem múltiplas estratégias que são consideradas como favorecedoras de uma protecção cumulativa (cumulative protection) para as crianças provenientes de ambientes de alto risco e que se inscrevem no paradigma da Promoção da Resiliência.” (GIL; DINIZ, 2006, p.218)

A presença de resiliência no contexto de tomada de consciência dessas famílias é de fato indiscutível, o que parece estar em questão é o fato de como a escola em seu papel formador e social tem encarado suas potencialidades dentro deste contexto, o contexto da adoção. Por isso, é indispensável que se avalie

(...) quais fatores protegem indivíduos do sofrimento e quais fatores induzem sofrimento e descompensações de toda ordem. Para o caso de protecção, abordam a noção de resiliência, que é a habilidade de resistir ao stress a qual se apresenta em crianças que crescem em condições desfavoráveis (...). (PAULI, ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p.884)

Sobre a questão do risco, como apontado, no caso das crianças adotivas podem haver condições que regem seu grau de desempenho, “A criança adotiva pode ter em seu histórico de vida um ou mais episódios de abandono e/ou separação. Pode ainda passar por vivências estressantes, ter ou não sofrido violência. Isso é incontestável.” (PAULI, ROSSETTI-FERREIRA, 2009, p.891). O que se pretende evidenciar nesse capítulo, além do potencial da escola nessas superações é que infantes resilientes tendem a superar com mais facilidade transtornos escolares. Na perspectiva de Carmo et al (2016):

Assim como um ambiente de protecção pode ser favorável, não apenas para um bom desempenho escolar, como também para o desenvolvimento de características de resiliência, que, por sua vez, podem se tornar aliadas no processo de superação do fracasso escolar, sobretudo diante de fatores de risco. (CARMO et al, 2016, p.28)

Com efeito, é necessário apontar que a escola pode elaborar estratégias para promoção de processos de resiliência nessas famílias através de uma cultura de suporte e acolhimento e a inclusão efetiva de todas as formas de família. Para que isso ocorra é necessário propiciar as mesmas um ambiente de participação saudável, agenciando e permitindo um sentimento de pertencimento e participação. Segundo (BOOTH; AINSCOW, 2011) a participação diz respeito não apenas estar envolvida e incluída, mas quando a pessoa se sente envolvida e aceita. Sendo assim, entende-se que é

(...) possível observar relações positivas entre o desenvolvimento de características de resiliência e a melhoria do desempenho escolar, quando o aluno dispõe de maior supervisão familiar, maior apoio social e melhores relacionamentos com amigos e professores. (CARMO et al, 2016, p.28)

Ademais:

(...) essas escolas trazem em todos seus estratos as ferramentas necessárias para que o alunado consiga enfrentar, superar, fortalecer e, inclusive, adaptar-se a partir de acontecimentos diversos, melhorando e desenvolvendo ao máximo suas capacidades acadêmicas, físicas e sociais. (OLIVEIRA JÚNIOR, 2019, p.88)

Veja:

Grande parte dos autores define de forma didática três tipos de fatores de proteção para a criança/adolescente (1) fatores individuais: auto-estima positiva, auto-controle, autonomia, características de temperamento afetuoso e flexível; (2) fatores familiares: coesão, estabilidade, respeito mútuo, apoio/suporte; (3) fatores relacionados ao apoio do meio ambiente: bom relacionamento com amigos, professores ou pessoas significativas que assumam papel de referência segura à criança e a faça sentir querida e amada (Brooks, 1994; Emery & Forehand, 1996). (PESCE et al, 2004, p.137)

Diante disso, quando os aspectos específico desse público são levados em conta dentro das culturas e práticas escolares, há uma maior chance de superação de diversidades e riscos, o que colabora para o sucesso escolar de todos, eliminando barreiras e favorecendo uma vivência social atrelada à escolar, de maior qualidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por fim, promover espaços de acolhimento, participação e adoção é uma capacidade possível na escola, essa instituição provedora de ensino, diálogo e construções, transforma-se diante das demandas sociais. A escola inclusiva pensa e organiza seus currículos, culturas políticas e práticas de forma a permitir as mais diversas participações, sendo afetada por elas, e se refazendo diante delas. Entendo que é um processo, mas um processo favorável e indispensável à qualidade do ensino. Valores de adoção podem ambientar-se nas escolas, favorecendo o apoio junto às demandas das multiplicidades de famílias e infâncias, e nesse quesito, transtornos de aprendizagem e práticas de estigmatização podem ser totalmente superadas.

Através desta pesquisa, pode-se ver a necessidade de redes de apoio junto à famílias adotivas, visto que as mesmas precisam se potencializar com vistas a garantir a melhor qualidade de vivências junto a sua criança, nesse momento novo, cheio de novidades e adaptações. Com isso, a escola ao tomar seu lugar nessa rede contribui sobremaneira para mudanças sociais que valorizam a vida humana através de construções conjuntas de resiliência. Assim, esse trabalho pretende trazer a tona algumas possibilidades para que essa realidade se concretize, abrindo espaço ainda, para pesquisas relacionadas a heterogeneidade familiar nas escolas, como no campo de famílias em situações de vulnerabilidade, famílias monoparentais e também famílias com filhos com deficiências e barreiras ao aprendizado.

## REFERÊNCIAS

ALLOERO, Luisa; PAVONE, Marisa; ROSATI, Aura. Adoção e escola. **Abandono e adoção: Contribuições para uma cultura da adoção**. 2001.

BOOTH, T.; AINSCOW, M. **The index for inclusion**: developing learning and participation in schools. London: CSIE, 2011.

CURY, Augusto. **20 regras de ouro para educar filhos e alunos**: como formar mentes brilhantes na era da ansiedade. São Paulo: planeta, 2019.

DE FREITAS ROSSI, Carlos Felipe; DE FREITAS ROSSI, Tânia Maria. Crianças adotivas na escola: nova categoria a demandar educação inclusiva?. **Educação: Saberes e Prática**, 2017.

DO CARMO, Paula Knychala; DE ALMEIDA, Verônica Cristina; DE BARROS FIGUEIREDO, Silva. Resiliência e fracasso escolar: uma análise dos fatores de risco e proteção presentes nas famílias e escolas capazes de interferir no processo de aprendizagem. **e-hum**, 2016.

- FAJARDO, Indinalva Nepomuceno; MINAYO, Maria Cecília de Souza; MOREIRA, Carlos Otávio Fiúza. Resiliência e prática escolar: Uma revisão crítica. **Educação & Sociedade**, 2013.
- INFANTE, Francisca. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 28ª ed. Editora Paz e Terra, 2021.
- GIL, Glicéria; DINIZ, José Alves. Educadores de infância promotores de saúde e resiliência: um estudo exploratório com crianças em situação de risco. **Análise Psicológica**, 2006.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Isaias Batista de. O contexto escolar na promoção de processos-chave de resiliência em famílias não convencionais. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, 2018.
- PAULI, Sueli Cristina De; ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde. Construção das dificuldades de aprendizagem em crianças adotadas. **Cadernos de Pesquisa**, 2009.
- PESCE, Renata P. et al. Risco e proteção: em busca de um equilíbrio promotor de resiliência. **Psicologia: teoria e pesquisa**, 2004.
- POLETTI, Michele; KOLLER, Sílvia Helena. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**: Campinas, 2008.
- SANTOS, Eduardo de Melo dos; ALMAEIDA, Sandra Helena Alves de. Família adotiva e estratégias de integração em sala de aula-um sonho possível?. **V SIES**. 2017.
- STRUCKER, Bianca et al. **Famílias homoafetivas e a escola**: preconceito e propostas de inclusão. 2015.